



Eixo: Questão agrária, urbana, ambiental e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na questão ambiental.

PARTICULARIDADES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS DA CRISE SOCIOAMBIENTAL E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS AO SERVIÇO SOCIAL

BISMARCK OLIVEIRA DA SILVA¹

Resumo: Analisa-se o impacto da crise socioambiental derivada do desenvolvimento do sistema capitalista na sociedade e os desafios ao Serviço Social. O ensaio teórico tem abordagem qualitativa, de caráter exploratório, optando por revisão de literatura e transcrições de aula. O objetivo geral é refletir sobre os desafios enfrentados pelo Serviço Social no enfrentamento da questão socioambiental brasileira. Percebe-se que o pensamento neoconservador tem afetado negativamente as estratégias de luta no enfrentamento dos problemas socioambientais por parte da categoria profissional do Serviço Social e da luta coletiva, como também, tem exigido respostas crítico-reflexivas à categoria do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.

Palavras-chave: Crise Ambiental; Pós-modernidade; Serviço Social; Socioambiental.

POLITICAL-IDEOLOGICAL CHARACTERISTICS OF THE SOCIO-ENVIRONMENTAL CRISIS AND CONTEMPORARY CHALLENGES TO SOCIAL SERVICE

Abstract: Analyzes the impact of the socio-environmental crisis derived from the development of the capitalist system in society and the challenges to Social Service. The theoretical essay has a qualitative, exploratory approach, opting for literature review and class transcriptions. The general objective is to reflect on the challenges faced by the Social Service in facing the Brazilian socio-environmental issue. It's can be seen that neoconservative thinking has negatively affected the strategies of struggle in the confrontation of socio-environmental problems by the professional category of Social Service and collective struggle, but also has required critical-reflexive responses to the category of Brazilian Social Service in contemporary times.

Keywords: Environmental Crisis; Postmodernity; Social service; Socio-environmental.

1. INTRODUÇÃO

Este ensaio teórico situa o debate da crise socioambiental no sistema capitalista, que por meio do pensamento neoconservador tem repercutido negativamente na estruturação de mecanismos de luta e resolução dessa

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: <bismarck.oliveirasilva@gmail.com>

problemática, cujo mesmo vem moldando mentes e modos de vida em todas as dimensões em ordem global e local, inclusive, na relação entre o homem e a natureza, acentuando as expressões da questão socioambiental.

Para isso, o artigo está estruturado em duas linhas de pensamento: no primeiro tópico – a ênfase é refletir a maneira como é gestado a questão socioambiental; no segundo tópico – é elencar os desafios do Serviço Social no enfrentamento da crise socioambiental no capitalismo.

Por fim, evidencia-se que as sequelas dos problemas socioambientais, tem tencionado o projeto Ético-Político do Serviço Social no capitalismo maduro solicitando respostas crítico-reflexivas da categoria do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.

2. NEOCONSERVADORISMO E QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

As transformações societárias têm modificado a dinâmica quanto ao atendimento das necessidades humanas dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista (NETTO, 1996). Como exemplos disso, temos a globalização da economia, a aderência ao modelo político-econômico neoliberal e os processos de reestruturação da cadeia produtiva, que vão repercutir em processo de degradação ambiental.

Segundo Silva (2012), a centralidade da questão ambiental está associada ao modo de vida com que o ser humano se relaciona com a natureza. Tal relação de exploração gera processos de degradação ambiental de maior intensidade, bem como o consumo dos recursos naturais em maior escala. Dessa forma, sinaliza que as expressões da questão ambiental decorrentes do modo de exploração da natureza já evidenciam consequências: a) a escassez de recursos naturais não renováveis; b) o processo de aquecimento global; c) a contaminação do solo e alimentos através dos agrotóxicos; d) contaminação da água – consequência da falta de saneamento básico ou mesmo de esgotos clandestinos; e) o aumento do descarte dos resíduos sólidos e sua não reutilização; e f) de dejetos decorrentes do setor industrial em suas diversas formas. Tais problemáticas, a qual denomina-se nesse artigo de questão socioambiental são desdobramentos diretos e

indiretamente originados da relação predatória que o sistema capitalista impõe ao homem ao relacionar-se com a natureza. A consequência é um montante de resíduos descartáveis, e da utilização de fontes energéticas não renováveis em níveis acima do que a natureza consegue prover e/ou realizar o seu processo natural de assimilação.

Esse conjunto de transformações acarreta mudanças rápidas geradas pelos diversos usos predatórios dos recursos naturais com a finalidade não só de suprir nossas necessidades, mas sim, acelerar o processo de acumulação de riquezas do capital mediante a corrida imperialista, sem que esse desenvolvimento/crescimento baseie-se no reconhecimento das limitações postas pela incapacidade do meio ambiente de acompanhar o aumento das demandas sociais advindas do capital sem ser afetado. Para Harvey (2005):

Um exame mais detido da descrição que Marx faz da acumulação primitiva revela uma ampla gama de processos. Estão aí a mercadificação e a privatização da terra [...] a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais). [...] O papel desenvolvimentista do Estado começou há muito tempo, e vem mantendo as lógicas territorial e capitalista do poder sempre interligadas, ainda que não necessariamente convergentes. Alguns dos mecanismos da acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado [...] Foram criados também mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação. [...] A escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e degradações proliferantes de habitats, que impedem tudo exceto formas capital-intensivas de produção agrícola, também resultaram na mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas (HARVEY, 2005, p. 121-123).

É preciso analisar as recentes abordagens baseadas na construção de uma percepção de risco ambiental e da própria construção da sociologia ambiental, que começa a ter uma mudança de postura no olhar direcionado a tal problemática, passando de um reducionismo do problema estritamente ambiental para uma concepção mais integralizada do conceito que pretende-se explorar, ou seja, a questão socioambiental (ALMEIDA; FLEURY; PREMEBIDA, 2014). Todavia, deve-se estar atento aos debates contemporâneos principalmente de determinados seguimentos da sociologia ambiental que tenta deslocar a problemática de uma abordagem alicerçada na relação entre o capital e trabalho de vertente ético-política, econômica e

histórico-social Marxista, para a pretensão de substituí-la na agenda de debates acadêmicos e governamentais por correntes neoconservadoras².

Com isso, primeiramente há uma tentativa de inserir as expressões multifacetadas da questão socioambiental associada ao risco natural ou ecológico, fazendo uma desconexão com a abordagem marxista/neomarxista de análise pautada na categoria de totalidade histórico-social; em segundo, a tentativa de descredito que tem sido dado a questão socioambiental nos modelos de sociedade capitalista, naturalizando os processos de degradação ambiental, tendo em vista, a aderência as ações paliativas de resolução da problemática ratificada pelas agendas ambientais governamentais desenvolvimentistas.

Em uma análise da questão socioambiental Pedrosa (2007) sinaliza que já vivemos tempos intensos e tensos de crise ambiental. É nesse contexto de depredação socioambiental, que a conjuntura atual nos mostra a realidade de miséria, degradação humana e ambiental, como consequência das relações desiguais e hierarquizadas, geridas no modelo político e econômico vigente, que imprime um padrão de vida “moderno”³ a todo um constructo da realidade social, e ao mesmo tempo submete aos interesses do grande capital o modo de viver, produzir e reproduzir das diversas classes sociais, gerando na sociedade o agravamento tanto das expressões da questão social (IAMAMOTO, 2015), quanto das ambientais (SILVA, 2012), as quais acabam refletindo negativamente na capacidade de formulação de políticas públicas efetivas e de articulação das populações no enfrentamento a tal problemática. Conseqüentemente, as populações mais afetadas continuam sendo as mais pobres e as dos países com os piores índices de desenvolvimento social, as

2 Na contemporaneidade o Serviço Social tem montado sua resistência aos postulados do pensamento pós-moderno na luta da ruptura com segmentos conservadores de perspectivas contrarrevolucionárias tradicionalistas das ideias de autores como Edmund Burke ou mesmo dos neoconservadores de hoje guiados como Anthony Giddens (estruturalismo), da sociologia do risco de Ulrich beck (sociologia do risco) ou mesmo de Karl Poper (teoria da refutação) na área de produção do conhecimento (SILVA; OLIVEIRA, 2018).

³ Segundo Loureiro (2007), esse modelo de vida moderno imprime a espetacularização das relações sociais, a fragmentação das articulações ético-políticas e um enxugamento da máquina pública. Também desenvolve-se no momento que vincula o ser humano ao padrão de cidadão consumidor, descaracterizando sua natureza do sujeito de direitos no processo de exercício de cidadania e da importância da relação deste com a natureza. Ou seja, vende-se uma aparente sensação de sociedade moderna pautada na autonomia individual e de liberdade sociocultural, porém o que está em jogo é a legitimação de poder e a acumulação de capital independente dos processos que se tem com o meio ambiente.

quais sentem perversamente os efeitos nocivos da problemática, estando o Brasil inserido neste contexto de crise ambiental, como afirma Silva (2012).

A partir da metade do século XX até os dias atuais, desde a largada do modelo desenvolvimentista, tem-se uma expansão dos centros urbanos marcados pelo crescimento populacional desordenado e sem perspectiva de planejamento urbano desencadeando, conseqüentemente, problemas ambientais por conta de uma infraestrutura incipiente acentuando as situações de conflito entre as classes sociais e ambientais. Associado a isto, amplia-se as seguintes questões sociais, exemplificadas por Yamamoto (2015, p. 231):

O crescimento das desigualdades de renda, da concentração da propriedade territorial e do poder é potenciado pela intolerância e disparidade étnica, racial, religiosa e de gênero, além da degradação do meio ambiente. A violência econômica e bélica ameaça a paz mundial, a soberania de nações e a sobrevivência dos povos.

Tem-se percebido que o fenômeno da crise socioambiental tem refletido não só numa conjuntura macrossocial, mas também, no contexto local brasileiro. De acordo com a perspectiva de Moraes (1995) este defende que a urbanização brasileira na contemporaneidade assumiu um caráter anárquico-espontâneo. O anarquismo foi gerado precisamente pelo fato do não planejamento urbano e a espontaneidade justamente pelo crescimento das cidades de forma desordenado. Ou seja, as cidades cresceram de forma caótica, exigindo ações posteriores de ordenamento em infraestrutura e equipamentos urbanos para atender o contingente produtivo do capital e de demandas populacionais.

Sendo assim, contemporaneamente, afirma Leff (2011) que o processo de globalização na era moderna, ao mesmo tempo em que ficou conhecida como a "era do conhecimento", por outro lado trouxe algumas contra indicações porque,

a civilização do conhecimento é ao mesmo tempo a sociedade do desconhecimento, da alienação generalizadora, da deserotização do saber e o desencantamento, [...] nunca antes houve tanta pobreza, tanta gente alienada de suas vidas, tanto saberes subjugados, tantos seres que perderam o controle, a condução e o sentido de sua existência; tantos homens e mulheres desempregados, desenraizados de seus territórios, desapropriados de suas culturas e de suas identidades (LEFF, 2011, p. 312).

Tais processos antrópicos de ocupação territorial desordenado e de apropriação ordenada dos recursos naturais visando à valorização econômica do espaço territorial e ampliação dos processos produtivos pelo capital, bem como, pelos diversos usos do meio ambiente contribuíram para uma aceleração nos processos de dilapidação e/ou do avanço das mudanças climáticas, advindas da reprodução do sistema capitalista que caracterizam a relação nociva na modernidade entre natureza e a sociedade capitalista.

Beck (2010) ao desenvolver sua teoria da sociedade de risco, no qual tais riscos ambientais segundo este fazem parte da natureza, independente de uma influência ou não dos seres humanos, torna o debate ambiental arriscadamente biologista/reducionista de base estruturalista, prendendo-se somente na dimensão do risco/perigo, o que dá margem para a proliferação de movimentos ambientais e Organizações Não Governamentais - ONG's de caráter conservacionista e de atuação específica em determinado seguimento da problemática socioambiental a avançarem com seus projetos de sociedade baseados principalmente em correntes neoconservadoras⁴.

Sendo assim, é necessário ir além desta concepção, na medida em que a noção do risco socioambiental em parte tem sua importância podendo ser uma ferramenta inovadora, se considerada como uma variável de planejamento e elemento para repensar a gestão territorial tanto nos contextos urbanos e rurais quanto dos litorâneos ou continentais relacionados à questão socioambiental, porém, não deve-se trabalhá-la como variável isolada para não cair em armadilhas do pensamento neoconservador, de viés rentista-extrativista⁵ aniquilando a dimensão de totalidade social e histórica.

⁴ A ideologia neoconservadora tende a penetrar nas instituições de maneira a controlar mediante a racionalidade tecnocrática e sistêmica, objetivando fomentar cadeias de produtividade, competitividade e de lucro, tornando o profissional mero executor de trabalhos repetitivos e burocratizados, pragmáticos e heterogêneos, não favorecendo intervenções críticas e posicionamentos ético-políticos (BARROCO, 2011).

⁵ Tal pensamento é permeado por questões ideológicas, políticas e econômicas cuja política ambiental brasileira tem sido conduzida desmedidamente. Em detrimento das condições de vulnerabilidade social e ambiental, os interesses político-econômicos têm conseguido exercer uma pressão dentro do sistema político-administrativo, de modo que essas novas condições de políticas podem levar à revisão de um plano original de medidas de prevenção ou proteção, ocasionando retrocessos tanto para o meio ambiente quanto para os projetos profissionais e/ou da sociedade em geral.

Ademais, Mendonça (2011) também inclui a perspectiva do risco e vulnerabilidade social ao fenômeno da questão socioambiental, transpassando a imagem de problemas ambientais físicos ou biologicamente isolados para um conceito ampliando que permite uma abordagem do problema em uma perspectiva de totalidade social, histórica e política. A partir disto, constitui-se um novo olhar que se opõe a concepção meramente estática da natureza, ou somente de riscos decorrentes de desastres naturais ou fisiologicamente determinados. Hoje, tal conceito já tem sido base de estratégia para o planejamento de políticas públicas no campo das incertezas socioambientais quanto ao ambiente futuro almejado diante de um equilíbrio ecológico e sustentável do processo dinâmico das transformações globais em curso, sejam elas social, política, econômica, cultural ou histórica.

O referido autor ainda desenvolve seu pensamento afirmando que:

Diretamente associada aos riscos está a vulnerabilidade socioambiental urbana que, atrelada a uma série de contingências sociais, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas, etc. [...] Explicitam diferentes condições de exposição e de fragilidade de grupos sociais aos riscos. Dito de outra maneira, a vulnerabilidade socioambiental urbana evidencia a heterogeneidade dos impactos advindos dos riscos que se abatam sobre uma determinada população, constituindo ambos – risco e vulnerabilidade socioambiental urbana – uma seara de alta complexidade para a compreensão e gestão urbana (MENDONÇA, 2011, p. 114).

Mesmo assim, já nos alertava o Plano Nacional de Mudanças Climáticas de 1998 que as ameaças das consequências do aquecimento global exigiam uma mudança do modelo político-econômico vigente e também de ordem ético-política. Esta necessidade de mudança fica mais evidente na medida em que os problemas socioambientais desencadeados pelo nosso modo de produção e na maneira antrópica de se relacionar com a natureza, expressado no aumento da emissão de gases poluentes, tem agravado o fenômeno do efeito estufa em ordem global, e conseqüentemente, acelerado desastres envolvendo o ser humano e a natureza. Mesmo assim, ainda há uma tendência em manter uma visão etnocêntrica perante a relação com o meio ambiente, esquecendo-se o ser humano é parte constitutiva deste e que problema é de ordem sistêmica.

Embora se tenha criado o entendimento acerca dos perigos das mudanças climáticas, observa-se que as medidas de caráter urgente empregadas atualmente são estritamente para atenuação da emissão de gases do efeito estufa através do estímulo ao mercado de carbono e da inovação tecnológica. Tal comportamento apoiando-se meramente em abordagens reducionistas, fragmentadas e tecnicistas (neoconservadoras) não conseguem desvelar a complexidade dos problemas socioambientais e resolvê-las de maneira efetiva e integrada (WARNER; BOAS, 2017).

Portanto, segundo Foladori (2001); Harvey (2005) e Silva (2012) partem da concepção de que é de cariz exploratório que se alicerçam no percorrer da história humana as bases do modo de nossa relação com a natureza, providas de uma intencionalidade na maneira de como retiramos os recursos naturais do meio ambiente não somente para a satisfação de nossas necessidades, mas sim para saciar aos ditames estabelecidos pelo capital rentista-extrativista.

Para, além disso, as regras do capital, o permitem-no ser mutável, dinâmico e aparentemente incansável visando superar suas crises cíclicas. Todavia, o capital enquanto processo, é importante frisar, tem a capacidade de mascarar e relativizar o valor atribuído às coisas por intermédio da fetichização, de criar novos desejos e necessidades, de conseguir ampliar mecanismos e técnicas de exploração do trabalho humano, de uma criatividade na capacidade de transformar espaços e de alcançar crescimento enquanto degrada a natureza, mexendo até mesmo na maneira como dedicamos ou dispensamos o tempo nos fazeres cotidianos da vida (HARVEY, 1992) as quais,

sempre estão sujeitas à incansável atividade transformativa da acumulação do capital e da mudança especulativa. Não é possível prever configurações exatas, muito embora se possa fazê-lo com o comportamento semelhante a uma lei da força transformativa. Em termos mais concretos, o grau de fordismo e modernismo, ou de flexibilidade e pós-modernismo, varia de época para época e de lugar para lugar, a depender de qual configuração é lucrativa e qual não o é. Podemos discernir, por trás do fermento da modernidade e da pós-modernidade, alguns princípios gerativos simples que moldam uma imensa diversidade de desfechos. Esses princípios, no entanto, fracassam flagrantemente (como no caso das renovações do centro das cidades serialmente produzidas) em termos da criação da novidade imprevisível, apesar de a capacidade aparentemente infinita de engendrar produtos alimentar todas as ilusões de liberdade e de caminhos abertos para a realização pessoal. Para onde quer que vá o

capitalismo, seu aparato ilusório, seus fetichismos e o seu sistema de espelhos não demoram a acompanhá-lo (HARVEY, 1992, 308).

Em suma, o que de fato está posto em questão, é o desafio em alinhar as estratégias para rebater as investidas neoliberais, e porque não neoconservadoras no campo socioambiental. Diante disto, busca-se alternativas a resolução da problemática exposta, relacionando-a com aspectos no âmbito da gestão racional e democrática dos recursos naturais diante dinâmica social, histórica, político e econômica da população, tendo como referencial o equilíbrio ambiental e a promoção da qualidade de vida dessa população de forma integrada e articulada às transformações em curso do mundo contemporâneo alicerçada em novas bases deveras sustentáveis.

3. A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E OS DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL

Historicamente no Brasil, o debate socioambiental realizado por diversas categorias profissionais e da sociedade civil organizada tem reunido esforços para encontrar um equilíbrio na relação entre sociedade e natureza. Os setores acadêmicos e da sociedade na contemporaneidade demonstram uma preocupação com a forma de uso exploratório dos recursos naturais, principalmente pelo setor produtivo, gerando impactos socioambientais negativos e tencionando mudanças sociais tanto aos projetos societários quanto ao projeto ético-político do Serviço Social. Essa postura degradativa, de fruição dos recursos naturais na sociedade, incita uma mudança na postura em alcançar um desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações (BRÜSEKE, 1995).

Nos territórios as expressões da questão socioambiental hoje, evidenciam segundo Foladori (2001): I) a devastação das florestas e matas ciliares; II) contaminação dos recursos hídricos e exploração de mantos aquíferos; III) degradação de zonas costeiras e poluição dos mares; IV) erosão do solo e desertificação; V) perda de diversidade agrícola (monocultura extensiva); VI) destruição da camada de ozônio (aquecimento global); e VII) excedente de resíduos sólidos sem a devida destinação. Ainda o referido autor destaca que no debate da crise ambiental é imprescindível entendermos que a

relação direta de todos os problemas ambientais derivam de impactos gestados desde modelos pré-capitalista até o capitalista, porque:

Marx (1818-1883) e Engels (1895) foram os primeiros a relacionar as contradições entre as classes sociais e o meio ambiente. Contudo, as vozes conservacionistas, como herdeiras do pensamento rousseauiano, criticavam a destruição da natureza pelo ser humano em termos genéricos. Tanto Marx como Engels argumentaram que eram as contradições de classes que obrigavam o capital a expandir, saqueando o mundo. Assim, sua concepção não era simplesmente antropocêntrica, no sentido de que ao ser humano interessa a natureza exclusivamente como meio de vida, mas, sobretudo, classista. É a burguesia a interessada na natureza exclusivamente como fonte de matéria-prima, para que o trabalho assalariado possa ser explorado. O interessante da burguesia como classe não é a natureza como meio de vida, mas à medida que esta possibilite o aumento da taxa de exploração do trabalho assalariado, quer dizer, a geração do lucro, embora como pessoas defendam o meio ambiente (FOLADORI, 2001, p. 112).

Diretamente a este debate, Irving (2014) evidencia uma estratégia que se opõe ao capital no processo de apropriação dos recursos naturais – o esclarecimento do conceito de sustentabilidade⁶. Esse conceito ampliado em sua essência revela um posicionamento político-ideológico que transcende a mera discussão protetiva do conservacionismo ambiental ou do enfrentamento do risco ambiental, nos direcionando para o compartilhamento dos ideais da sociedade na superação das sequelas da questão socioambiental.

Marx (1982) explicita que o homem, no processo de produção, tem que realizá-lo mediante a relação com a natureza, conseqüentemente, alterando a forma original dos materiais. Isto é, esse produto do trabalho derivado da natureza é o que gera o “material da natureza adaptado as necessidades humanas através da mudança da forma” (MARX, 1982, p. 205). Ou seja, “é a natureza que permite a superação da cegueira, [...] a natureza tem que ser vista como um sujeito. A natureza é sujeito. O homem não é o sujeito único” (PEDROZA, 2007, p. 78).

⁶ O desenvolvimento sustentável deve pautar-se segundo Irving (2014) em cinco dimensões: a) integração dos processos de desenvolvimento e conservação da natureza; b) satisfação das necessidades humanas básicas; c) alcance da equidade e justiça social; d) garantia da autodeterminação social e da diversidade cultural; e) manutenção da integridade ecológica.

Mesmo assim, vê-se o avanço dos processos destrutivos, expresso no aumento da emissão de gases poluentes (Política de Crédito de Carbono)⁷, que não resolve o fenômeno do efeito estufa em ordem global, como também, acelera desastres envolvendo o ser humano e a natureza. Tais desastres expressam-se na sociedade contemporânea através do derretimento das reservas de geleiras, enchentes das áreas litorâneas e até secas decorrentes de alterações climáticas, evidenciando questões socioambientais, caminhando no ideário ideológico utópico do desenvolvimento sustentável no capitalismo (VEIGA, 2008).

Portanto, os/as assistentes sociais no conjunto das transformações societárias, podem se basear na dimensão de totalidade e de mediação Marxista para formular a capacidade de interpretação do mundo concreto a sua volta, buscando respostas crítico-reflexivas frente a problemática socioambiental, pautando-se nas estratégias de intervenção de caráter coletivo e educativa no combate aos elementos ideológicos e políticos impulsionadores da crise socioambiental. Por isso, diante da necessidade de uma gestão ambiental num regime democrático, deve-se proporcionar o compartilhamento de poder decisório entre atores sociais – sociedade civil organizada, Estado e comunidade local, valorizando o saber científico e popular e a origem identitária das tradições culturais.

É mediante tal assertiva que o Serviço social pode se valer de duas vertentes consideradas ferramentas histórico-sociais no combate não só a questão socioambiental contemporânea, quais sejam: a) as ações socioeducativas⁸ – expressa hoje também nas práticas de educação ambiental, que se espalham pelas comunidades locais, pelas escolas, universidades ou mesmo de ações de orientação de preservação da natureza, do reúso da água, do descarte correto dos resíduos sólidos; e b) movimentos sociais e participativos – cujos/as assistentes sociais utilizam por intermédio da assessoria aos conselhos gestores de políticas públicas, fóruns, organizações

⁷ Essa política, estratégica ao desenvolvimento sustentável, realiza pequenas concessões impostas às empresas – nacionais ou multinacionais, aderindo a determinações de organizações internacionais nas metas somente para atenuação da emissão de CO².

⁸ A vertente se propõe contribuir no fortalecimento de processos emancipatórios, nos quais há a formação de uma consciência crítica frente a apreensão e a vivência da realidade, sendo ela, também facilitadora de processos garantidores de direitos, de relações horizontais entre profissionais e usuários, ao mesmo tempo que proteja sua emancipação e a transformação social” (LIMA, 2006).

não governamentais, da sociedade civil, e ativistas ambientais em prol da bases relacionais sustentáveis entre o homem e a natureza.

Nos dias de hoje, especificamente na área ambiental, o *Greenpeace*⁹, instituição que há quatro décadas levanta a bandeira da preservação ambiental e/ou as ONG's em sua maioria, demonstram em suas manifestações um distanciamento do ideal de radicalização das medidas empregadas para preservação do meio ambiente, diante de um ofuscamento na projeção para transição a uma nova ordem societária e do combate a perspectivas de manutenção do capitalismo através da implementação das estratégias do desenvolvimento sustentável, limitando-se a se satisfazer com pequenos acordos entre as classes sociais e com o setor produtivo advindos de determinações de organizações internacionais seja na diminuição da emissão de CO² e conseqüente poluição do meio ambiente, seja nas intervenções pontuais de preservação conservacionistas de determinada espécie de animal, fauna e/ou flora, desarticulada de uma perspectiva de totalidade no enfrentamento da questão socioambiental. Tal fenômeno conservacionista e reducionista têm desarticulado movimentos sociais, projetos societários e de algumas categorias profissionais evidenciando uma presença de tendências neoconservadoras como norteadoras de tais movimentos sociais no processo de fragmentação e desarticulação dos espaços de lutas coletivas, inclusive relacionado à questão socioambiental.

Mesmo com tais ofensivas neoliberais de apropriação do meio ambiente, os movimentos ambientais na América Latina segundo Gohn (2011) tem mostrado avanço em setores contra a instalação de fábricas de papéis no Uruguai e contra o ramo da mineração em regiões específicas na Argentina, registrando vitórias quanto na luta aos problemas socioambientais. Referente ao movimento ambientalista brasileiro as diversas categorias profissionais se articulam com os movimentos da sociedade civil, como no caso da transposição do Rio São Francisco, impedindo a construção de barragens e requisitando do Estado o disciplinamento do uso da água por grandes produções de monocultura extensiva.

⁹ Organização não governamental (ONG) mundial criada em 1971 cuja finalidade é a luta pela preservação de determinados recursos naturais, de espécies de animais ou vegetações específicas de determinada região. Para mais informações acessar: <http://www.greenpeace.org>.

Outro aspecto ídeo-político que permeia a problemática socioambiental é o associativismo ambiental, porque a partir do momento em que este alinha-se a perspectivas neoconservadoras dá aos movimentos ambientalistas uma tendência a abraçar as teorias pós-modernas consideradas responsáveis por transformações societárias e dos problemas socioambientais, como também, a fragmentação seja das classes sociais, movimentos sociais ou de qualquer organização da sociedade em prol de legitimação ética, moral ou identitária, ofuscando qualquer estratégia de se projetar rumo a novos projetos societários que visem novas bases de uma sociedade voltada a um meio ambiente equilibrado.

Além disso, apesar do avanço normativo, a gestão ambiental brasileira feita por órgãos públicos, pelo setor privado e as organizações da sociedade civil, não tem conseguido frear as múltiplas agressões aos ecossistemas e às populações em situação de vulnerabilidade. No Brasil, a fragilidade dos marcos regulatórios frente à pressão e avanço do setor produtivo na dilapidação do meio ambiente reflete a baixa participação da sociedade nas decisões de interesse ambiental comum e a carência de políticas públicas efetivas em prol dessa causa, constituindo-se como entrave para a adequada gestão ambiental e superação da “questões social” advindas desta (GOHN, 2011).

Por isso, abordar essas questões para além da ótica ecológica conservacionista demonstra a mudança na intervenção da problemática e no entendimento da complexidade das relações geradoras da questão socioambiental. Nesse sentido, promover uma educação que vise o protagonismo comunitário e o engajamento cívico, partindo de uma compreensão holística acerca da complexidade ambiental, representa uma estratégia importante na direção de uma efetiva gestão do meio ambiente. Nesse contexto, a contribuição para o debate das práticas educativas na concepção de Freire (2006) explicita que:

O homem, não pode ser compreendido fora de suas relações com o mundo, de vez que é um ser-em-situação, é também um ser do trabalho e da transformação do mundo. O homem é um ser da “práxis”; da ação e da reflexão. Nestas relações com o mundo, através de sua ação sobre ele, o homem se encontra marcado pelos resultados de sua própria ação. Atuando, transforma; transformando, cria uma realidade que, por sua vez, “envolvendo-o”, condiciona sua

forma de atuar. Não há, por isto mesmo, possibilidade de dicotomizar o homem do mundo, pois que não existe um sem o outro (p. 28).

Portanto, o sentido da práxis implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. O referido autor ao afirmar que “ninguém educa ninguém – ninguém se educa a si mesmo – os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p.79) demonstra a potencialidade da prática educativa. O processo educativo de transformação social deve apontar para a construção de novas formas de relacionamento e ações dos seres humanos entre si e com os diversos aspectos naturais e culturais. Por isso, o método Paulo Freire expressa-se como ferramenta alternativa crítica que se opõe ao pensamento neoconservador contemporaneamente. Este método permite a reflexão através da dialética pela dinamicidade da relação teoria/prática, sendo dialógico por proporcionar relações horizontais e participativas na inclusão dos indivíduos em processos de construção do conhecimento, podendo ser estimulada mediante a prática da educação popular, possibilitando assim, o envolvimento dos participantes nos processos formativos, de autonomia na tomada de decisão e análise crítica da realidade (SILVA; OLIVEIRA, 2017).

Dessa maneira, a dimensão ambiental, assume um caráter histórico-social, visando à transformação das relações dos indivíduos com a natureza e tudo que envolve a dinâmica da sociedade. Contudo, Reigota (1994) já acrescentava a este debate o seguinte argumento:

Educação ambiental por si só não resolverá os complexos problemas ambientais planetários. No entanto, ela pode influir decisivamente para isso, quando forma cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres. Tendo consciência e conhecimento da problemática global e atuando na sua comunidade, haverá uma mudança no sistema, que se não é de resultados imediatos, visíveis, também não será sem efeitos concretos (1994, p.62).

Nessa perspectiva, compreende-se a importância do agir dos/as assistentes sociais tendo como referencial o espaço do acontecer, inseridos/as no próprio contexto ou grupo social interligando-se aos problemas globais e agindo em conjunto nos problemas locais.

De acordo com Guimarães,

Uma intervenção educacional crítica e emancipatória assume sua dimensão política. É uma Educação Ambiental comprometida com a transformação da realidade rumo a sustentabilidade socioambiental e percebe o ambiente educativo como movimento, mas um movimento aderido ao da realidade socioambiental, onde se contextualiza. Essa adesão é que possibilitará a intervenção educacional transformar a realidade socioambiental e isso se dá por uma práxis educativa (reflexão-ação) que potencializa a ação cidadã de sujeitos individuais e coletivos que resistem ao caminho único imposto pela racionalidade dominante (2005, p. 194).

Sendo assim a educação ambiental é uma das estratégias utilizadas pela instrumentalidade do Serviço Social para intervir no imediatismo neoconservador no cotidiano profissional. Para tanto, torna-se indispensável à formação de um sujeito ativo, consciente e crítico de sua reflexão-ação, visando à sustentabilidade ambiental¹⁰. Assim, o/a assistente social, permite-se com tal realizar as mediações necessárias em sua prática interventiva nos diversos espaços, capitando a singularidade do local e a totalidade global, no âmbito da educação formal e não formal, catalisando a ação cidadã individual e coletiva. São profissionais reflexivos e praxiológicos que podem ser tanto os intelectuais orgânicos de Antônio Gramsci quanto o educador ambiental que “se coloca numa atitude despojada, de aprendiz da democracia, de caminhante, mediando os processos educativos. Junto com as pessoas, partindo para a descoberta e a transformação (LEROY; PACHECO; 2005).

Por isso, é conhecendo o espaço e as tramas sociais que o constitui, que a sociedade pode tornar-se crítica ao ponto de buscar segundo Leff (2011) um aprimoramento constante dos métodos, técnicas e práticas para realizar a vida numa postura consciente e democrática. Mais também, é preciso reunir alguns elementos: o estímulo aos processos emancipatórios, a construção de saberes interdisciplinares e práticas interventivas; que vale para a formação do saber coletivo acerca do socioambiental articulado a saberes resultante de práticas científicas e de práticas populares (tradicional).

Se formos nos reportar ao Serviço Social brasileiro este tem trilhado desde os anos 1980 por um caminho de forte embate com o tradicionalismo

¹⁰ O desenvolvimento integral dos homens só será operacionalizado na construção de uma “civilização do ‘ser’, na partilha equilibrada do ‘ter’”. Ademais, o desenvolvimento pressupõe prudência ecológica, em nome da solidariedade entre as gerações, e, no plano instrumental, impondo o princípio da eficiência econômica, medido por um padrão macrossocial e não apenas pela lucratividade empresarial (SACHS, 2007).

(pragmatismo/imediatismo) de pegada neoconservadora, aproximando-se da teoria crítica do materialismo histórico dialético e adequando-a a contemporaneidade. Tal reaproximação ao Marxismo estabeleceu diretrizes quanto ao direcionamento ético-político da profissão, transportando-a para o campo onde prevalece à busca por uma sociedade radicalmente democrática (IAMAMOTO, 2015). Com certeza, isso permite ao Serviço Social um olhar diferenciado referente à problemática socioambiental rumo a uma nova concepção de cultura e de mundo. Por isso que Lima (2016) alerta que:

É urgente a unificação das lutas em torno da construção de propostas alternativas anticapitalistas. É imperativo explicitar a necessidade das transformações na estrutura complexa da sociedade, diante da produção em larga escala da desigualdade social e da insustentabilidade ambiental (p. 21).

Para tanto, há de haver um esforço contra os postulados ideológicos do desenvolvimento sustentável e na desmistificação de sua fundamentação sociopolítica, como também, do questionamento da proposta lançada pela economia verde, que se mostrou ineficiente no sentido de responsabilizar o estado, a sociedade civil e o mercado (esta última como classe dominante dos bens de produção) diante do agravamento da questão socioambiental que vem sendo imposta a humanidade.

Por fim, cabe explicitar práticas que podem/devem ser racional e ético-politicamente empregadas para o início da mudança relacionais entre sociedade e natureza são – optar por fontes energéticas limpas; o reuso da água e materiais biodegradáveis; reciclagem dos resíduos sólidos; práticas de consumo consciente, como também, uma educação crítico-reflexiva acerca das problemáticas socioambientais e organização sócio-política para desmistificar elementos ideológicos e políticos da crise socioambiental vivenciada hoje.

4. CONCLUSÕES

O despertar para a autorreflexão de que já vive-se tempos tensos e intensos de crise socioambiental na modernidade é o pontapé inicial para articular estratégias ético-políticas para decidir como lidar com as expressões

da questão socioambiental, tendo em vista que, o capital não mede esforços para manter seu projeto de sociedade vigente.

Sendo assim, percebe-se que correntes pós-modernas tem repercutido no campo da produção do conhecimento e das estratégias interventivas de maneira negativa na dimensão ambiental, requisitando ao Serviço Social brasileiro, a imprimir uma agenda interventiva socioeducativa e de organização ético-política no sentido de apreender a complexidade e realidade concreta dos problemas socioambientais, como também, desencadear processos de mudança no quadro de exploração e dilapidação do meio ambiente.

Os espaços em que o Serviço Social tem assumido para sua linha de frente quanto a embate as questões socioambientais compõem basicamente a gestão pública democrática das políticas públicas estrategicamente direcionadas a formação de uma sociedade participativa, crítica e reflexiva através de uma educação ambiental transformadora auxilie ao desenvolvimento da emancipação humana. Para isso, o método da educação popular espelhado em Paulo Freire revela-se como uma ferramenta educativa, podendo esta ser utilizada pelo Serviço Social, na possibilidade de aproximação da sociedade e a questão socioambiental através do compartilhamento dos saberes sejam científico ou popular.

Para tanto, as aproximações com a teoria Marxista, por intermédio da mediação ultrapassam as abordagens pragmáticas, tecnicistas, e reducionistas a problemática socioambiental, estas revestidas nos ideais do “desenvolvimento sustentável” e da economia verde. Lançam-se ao Serviço Social as práticas interventivas interdisciplinares como peça fundamental no despertar para uma postura ético-política frente aos problemas socioambientais com abordagem crítica e emancipadora quanto às necessidades em um equilíbrio na utilização dos recursos naturais através de uma relação sustentável, colocando-se organicamente na luta pela ampliação de processos sociais equitativos e de justiça socioambiental, onde as práticas educativas e de assessoria, trabalhadas como práxis política no campo da reflexão crítica, espalhem-se como ação transformadora.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia Silva. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Revista Serv. Soc. & Soc.**, São Paulo: Cortez, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BRÜSEKE, Franz Josef. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: VIOLA, Eduardo. et al. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**: desafios para as ciências sociais. Santa Catarina: Cortez Editora, 1995. p. 29-40.

FOLADORI, Guillermo. O capitalismo e a crise ambiental. **Revista Outubro**, [S.l.], v. 05, n. 2, p.117-125, 2001.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUIMARÃES, Mauro. Intervenção Educacional: do “de grão em grão a galinha enche o papo” ao “tudo junto ao mesmo tempo agora”. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antônio (Org.). **Encontros e Caminhos**: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: MMA, 2005.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loiola, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2015.

IRVING, Maria de Azevedo. Sustentabilidade e o futuro que não queremos: polissemias, controvérsias e a construção de sociedades sustentáveis. **Revista Sinais Sociais**, Rio de Janeiro: SESC, v. 9, n. 26, p. 11-36, 2014.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 1996.

LEFF, Henrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Revista Olhar do professor**. Paraná: Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 309-335, 2011.

LEROY, Jean Pierre; PACHECO, Tania. Democracia. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antônio (Org.). **Encontros e Caminhos**: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: MMA, 2005.

LIMA, Andréa. **“O futuro que não queremos”**: análise crítica do desenvolvimento sustentável e da economia verde no âmbito da Rio+20. Nota Técnica. Brasília: CFESS, 2016.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **As ações socioeducativas e o projeto ético-político do serviço social**: tendências da produção bibliográfica. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MENDONÇA, Francisco. Riscos, vulnerabilidades e resiliência socioambientais urbanas: inovações na análise geográfica. **Revista da ANPEGE**, Rio de Janeiro: UERJ, v. 7, n. 1, p. 111-118, 2011.

MORAES, Carlos Antônio Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**. EDUSP, 1999.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 50, p. 87-132, 1996.

PEDROSA, José Geraldo. O capital e a natureza do pensamento crítico. In: LOREIRO, Carlos Frederico. et al. (Org.). **A questão ambiental no pensamento crítico**: natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2007. p. 69-112.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Bismarck Oliveira da; OLIVEIRA, Maria Tereza de. Educação popular e Serviço Social: experiência universitária no bairro de Felipe Camarão em Natal – RN. In: GARCIA, Inez Helena Muniz; MORAIS, Maria Inês de Almeida (Org.). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DIÁLOGOS COM PAULO FREIRE: POLÍTICAS PÚBLICAS, ESCOLA E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DE POSSIBILIDADES, 5, 2017. **Anais...** Rio Grande do Norte: SINTE/RN, 2017. p. 543-553.

_____. Do pensamento pós-moderno aos entraves e desafios do projeto ético-político do Serviço Social na contemporaneidade. In: JORNADA NORDESTE DE SERVIÇO SOCIAL: CRISE POLÍTICA E SOCIAL – OFENSIVA NEOCONSERVADORA E NEOLIBERAL, ESTRATÉGIAS E ENFRENTAMENTO, 4, 2018. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2018. p. 01-10.

WARNER, Jeroen; BOAS, Ingrid. Secularização das mudanças climáticas: o risco do exagero. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 3, 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2017000300203&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 04 mar. 2018.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século vinte e um. 3. ed. Rio de Janeiro: Geramond, 2008.